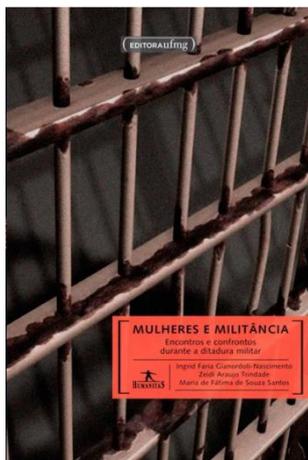


PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA ARMADA NO BRASIL: OS PAPÉIS DE NOVE MULHERES NOS CONFRONTOS DURANTE A DITADURA MILITAR

Carla Conceição da Silva Paiva*



GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012. 388p.

As mulheres, normalmente, não são representadas ou destacadas na luta armada contra a ditadura militar brasileira. Para a maioria dos historiadores, a participação feminina acontecia, nesse período, apenas nas estratégias de combate, que se resumiam a tarefas de observação social e política bem como coleta de informações. As professoras Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeidi Araujo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos (2012) provam justamente o contrário, em seu estudo sobre o engajamento feminino nos movimentos de oposição ao regime militar. No livro “Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar”, dividido em quatro partes, são apresentados os relatos de experiência de nove mulheres brasileiras que militaram contra a ditadura, reconstruíram seu papel social e político e também alteraram sua atitude em relação a sua posição de gênero, revolucionando costumes, valores e relações sociais e afetivas e rompendo com a ideia das mulheres restritas ao espaço privado.

Na nossa sociedade, as armas e a guerra são, normalmente, associadas à masculinidade, como se a violência fosse uma exclusividade do ser homem. No entanto, as mulheres sempre participaram de movimentos armados, apesar de seu pouco reconhecimento. Podemos citar como exemplos, a soldada Maria Quitéria de Jesus Medeiros; a militante Anita Garibaldi e as mulheres cangaceiras. A própria “Comissão da Verdade” vem reconhecendo o papel feminino durante o período de contestação à ditadura militar, assinalando as experiências vivenciadas pelas mulheres dentro dos movimentos revolucionários da época, reconhecendo sua relevância para a aglutinação de pessoas, teorias e práticas para o movimento feminino.

Inicialmente, as autoras Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos rompem o silêncio sobre a participação de jovens mulheres na militância política de oposição ao regime militar, frisando o “tabu” em torno do tema e valorizando os depoimentos dos indivíduos que se encontram fora da historiografia oficial. Para tanto, elas reconstroem o cenário político-social, no Brasil, durante os anos 1960 e 1970, grifando o movimento estudantil pós 1964, na descrição de manifestações como a Passeata dos Cem Mil. Em seguida, as três professoras refletem sobre as dificuldades referentes à promoção de um estudo no

* Doutoranda em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), onde se graduou em Comunicação Social. É professora do curso de Jornalismo em Multimeios na Uneb. E-mail: ccspaiva@gmail.com

campo das identidades sociais, evidenciando a posição masculina dominante nos papéis de identidade de gênero e a participação minoritária feminina na militância política devido ao seu afastamento do papel de comando e liderança nessas organizações. Também revisitam as noções de identidade, diferença e identificação, defendendo a perspectiva de que o sentimento de pertença não acontece apenas em situações objetivas de pertencimento.

Na segunda parte do livro, intitulada “Método”, aprendemos um pouco mais sobre o contexto da pesquisa; a seleção das mulheres que foram entrevistadas e tiveram seus relatos transcritos; os critérios que definiram a amostragem; os procedimentos de coleta de dados; e a forma como os dados foram analisados e expostos no capítulo seguinte “Resultados”. Destacamos o exercício teórico primoroso na descrição dos instrumentos utilizados nas entrevistas semiestruturadas e dos procedimentos de organização dos dados, segundo a perspectiva fenomenológica no campo da psicologia.

A identidade das nove mulheres, protegida por nomes fictícios, está subdividida em duas partes. Na primeira parte dos resultados da pesquisa, conhecemos um pouco das vidas de Silvia, Solange, Sônia e Suzana, militantes que atuaram, no período de 1964 a 1968, nos movimentos revolucionários brasileiros. Na segunda parte, acompanhamos a descrição dos depoimentos de Raquel, Rita, Regina, Renata e Rosana, que participaram do segundo período de militância estudado (1971-1972).

Silvia nasceu no interior do Espírito Santo, estudou em escola de freiras e filiou-se ao Partido Comunista após conhecer sua ideologia através de um namorado que indicou a leitura de textos filosóficos russos e franceses. Saiu de casa rompendo com a família aos 16 anos e passou a ser perseguida pela ditadura militar após organizar uma passeata de apoio aos líderes estudantis presos em um Congresso clandestino da UNE.

Solange, por sua vez, também nasceu no interior do Espírito Santo, em um vilarejo da zona rural. Teve uma forte formação religiosa familiar e começou a fazer parte da Juventude Universitária Católica (JUC) a partir de um convite de uma colega de turma na Universidade Federal do Espírito Santo. Sua prisão foi uma surpresa para a família, para a organização e para ela mesma,

porque Solange não fazia parte da cúpula da organização e mantinha uma participação tímida.

Sônia é a filha mais velha de pais pertencentes a uma família tradicional de Vitória que foi presa quando participava do Congresso da UNE. Responsável pela organização de células e movimentos de bairro, viveu muito tempo na clandestinidade, passou a desacreditar na militância e no regime comunista após a prisão e o desaparecimento de um namorado. Atuou durante muito tempo no partido, inclusive, no período em que morou em Paris.

Suzana também nasceu em Vitória, sempre estudou em escola pública e desde cedo teve percepção das diferenças sociais. Tornou-se uma liderança estudantil estadual e apesar de não se vincular a partido político, participava das manifestações de massa, desenvolvia ações em bairros operários e junto a prostitutas. Atuava como simpatizante do PC do B e sofria com o duplo preconceito: era apontada como “diferente” pelas mulheres que “seguiam o modelo tradicional” imposto pela sociedade e taxada como “tradicional” pelo grupo das mulheres militantes “mais radicais”.

Raquel também é do interior do Espírito Santo e, desde a infância, participava de tudo o que acontecia na cidade, na igreja e na escola. A Igreja Católica também teve papel importante em sua formação, assim como a militância estudantil e o PC do B. Após sair da prisão e passar por julgamentos, Raquel se mudou para São Paulo onde voltou a estudar. Em seguida, com seu retorno para Vitória, fundou uma associação profissional na área da saúde e tentou esquecer o passado, cultivando o silêncio.

Rita fez greve de fome na infância porque queria sair da zona rural e estudar na cidade. Realizava pichações e panfletagens noturnas, fugiu junto com Raquel para o Rio de Janeiro, quando foi identificada pela polícia em Vitória, mas acabou sendo presa grávida. Depois de ser solta, casou-se com o namorado, que também era militante do PC do B e, em seguida, completou seus estudos, trabalhando em um jornal que acolhia ex-presos políticos.

Regina se casou com um namorado bancário e militante do movimento estudantil, com o objetivo de emancipar-se da família e fazer parte da Guerrilha do Araguaia, mas ficou doente na véspera de seu embarque para o

Pará e passou a atuar como responsável pelo Secretariado de Base. Corria grandes riscos porque, além de ser casada com um dirigente regional, convivia com outras lideranças do partido, além de abrigar em sua casa muito material considerado “subversivo”.

Renata conviveu, na infância e na juventude, com a rigidez das regras estabelecidas por seu pai aos doze filhos e com o modo ponderado de sua mãe. Aos dezoito anos, rompeu com o pai e saiu de casa e acabou morando em uma república masculina em Vitória, chocando sua família e a sociedade. Discordava de algumas propostas ideológicas do partido e, por isto, quase foi expulsa. Antes de participar da Guerrilha do Araguaia junto com um namorado, foi presa e liberada no quarto mês de gravidez e com apenas trinta e nove quilos.

Rosane nasceu em Vitória, em uma família numerosa, sendo a primeira filha mulher a aprender a ler. Coursou a Escola Normal, tornou-se professora e passou a dar aula para adultos em sua comunidade até que começou a namorar um estudante universitário e a compor o movimento político contra a ditadura militar. Atuou junto à Secretaria Estudantil do partido e foi presa durante mais de quarenta dias junto Regina e Renata.

Essas mulheres foram perseguidas, presas, torturadas, viveram na clandestinidade, passaram por inúmeras experiências de medo, dor, desespero e luta pela sobrevivência, foram obrigadas a conviver com a ausência de seus filhos e tiveram suas vidas invadidas e reviradas. Grifamos a relevância de suas experiências de vida, a partir da forma como atuaram politicamente e socialmente bem como as reflexões sobre as relações de gênero e processos identitários e o aprendizado dessas mulheres do movimento estudantil de luta armada, relevante para a aglutinação de pessoas, teorias e práticas para o movimento feminino brasileiro.

No quarto capítulo do livro, as autoras discutem os resultados apresentados no capítulo anterior, mapeando o contexto geracional das entrevistadas, os papéis esperados pela sociedade e por suas famílias e os caminhos seguidos por elas no ensino superior e nas

atividades associadas ao mundo público e político. Em seguida, são enfatizadas algumas experiências individuais, como a migração do interior para a capital de Rita, Silvia e Renata e seus projetos de independência familiar e mobilidade social bem como a socialização política e as práticas estudantis e seu complexo processo de transmissão de valores, conceitos, comportamentos e ideologias nas vidas de Silvia, Suzana, Rosana e Regina.

Depois, os processos identitários são enfocados a partir das questões de gênero, militância feminina e violência, descrevendo os aspectos relacionados à clandestinidade, à tortura e à prisão das nove entrevistadas e seus reflexos na constituição dessas mulheres enquanto atrizes sociais e a dialética entre o individual e o coletivo, inclusive, nas suas trajetórias de reinserção social após o fim do regime militar, no Brasil.

Por fim, ressaltamos que, além de reconstituir cuidadosamente a trajetória de nove mulheres nos grupos militantes armados que lutaram contra a ditadura militar, no Brasil, no período de 1964 a 1972, apresentando-se como um bom estudo de memória social, o livro “Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar” merece ser leitura obrigatória por apresentar uma reflexão teórica interessante sobre o conceito de identidade social, compreendendo, inclusive, suas situações de conflito, mas, principalmente, por enumerar as relações de gênero presentes no campo político da história recente de nosso país, citadas por essas mulheres dentro e fora das organizações de esquerda, como a divisão de trabalho na Guerrilha do Araguaia e/ou as técnicas específicas de tortura feminina.

Destacamos também, nesse estudo, o reconhecimento do machismo e do controle autoritário de lideranças políticas de esquerda que interferiam na vida pessoal dessas mulheres, atingindo suas vidas, seja através do namoro, do casamento ou da questão da gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por ser considerada como um fator de risco e fragilidade para o grupo.